



ZURICH[®]

CONDIÇÕES GERAIS

PLANO DE SEGURO DE AUTOMÓVEL

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.**
- 1.2. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização.**
- 1.3. O segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros, no sítio www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

2. OBJETIVO DO SEGURO

- 2.1. O presente seguro tem por objetivo a garantia ao Segurado identificado na apólice, o pagamento de uma indenização ou reembolso por prejuízos e despesas incorridas, devidamente comprovadas que o mesmo possa sofrer em consequência da realização dos riscos oriundos da circulação do(s) veículo(s) segurado(s), previstos e cobertos nas Condições Especiais e/ou Particulares da cobertura contratada, observados o Limite Máximo da Garantia (LMG) da apólice e os Limites Máximo de Indenização (LMI) fixados para cobertura contratada e, ainda, as demais condições contratuais aplicáveis.
- 2.2. O objetivo deste seguro é indenizar, os prejuízos decorrentes das Coberturas descritas nas Condições Especiais, desde que contratada(s) e ratificada(s) na apólice de seguro.

3. DEFINIÇÕES

3.1. Ficam a seguir definidos os termos técnicos utilizados neste contrato:

Aceitação do Risco: ato de aprovação pela Seguradora de proposta de seguro efetuada pelo Proponente para cobertura de seguro de determinado(s) risco(s), após análise do risco.

Acessório: Peça desnecessária ao funcionamento do(s) veículo(s) e nele instalada para sua melhoria, decoração ou lazer do usuário.

Acidente: Acontecimento imprevisto e involuntário do qual resulta um dano causado ao objeto ou pessoa segurada.

Acidente Pessoal de Passageiros: Evento com data caracterizada, exclusiva e diretamente provocado por acidente de trânsito com o(s) veículo(s) segurado(s), súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, ou invalidez permanente total ou parcial dos passageiros.

Agravação do Risco: circunstâncias que aumentam a intensidade ou a probabilidade da ocorrência do risco assumido pela Seguradora, independente ou não da vontade do Segurado.

Apólice: contrato de seguro que discrimina o bem ou interesse segurado, às coberturas contratadas e direitos e obrigações do Segurado e da Seguradora.

Apropriação Indébita: Ato ilícito que consiste em apossar-se de coisa alheia móvel de quem tem a posse ou a detenção.

Avaria Prévia: Dano existente no(s) veículo(s) segurado(s) antes da contratação do seguro, e que não está por este coberto.

Ato Doloso: ato intencional praticado no intuito de prejudicar a outrem.

Ato Ilícito: toda ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência que viole direito alheio ou cause prejuízo a outrem.

Aviso de Sinistro: comunicação da ocorrência de um sinistro que o Segurado é obrigado a fazer à Seguradora, assim que dele tenha conhecimento.

Beneficiário: pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro.

Cancelamento: dissolução antecipada do contrato de seguro.

Cláusula: Define cada uma das disposições contidas no contrato de seguro.

Cobertura: garantia de compensação ao Segurado pelos prejuízos decorrentes da efetivação do sinistro previsto no contrato de seguro.

Condições Contratuais: representam as Condições Gerais, Condições Especiais e Condições ou Cláusulas Particulares de um mesmo seguro.

Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura do seguro, que eventualmente alteram as Condições Gerais.

Condições Gerais: conjunto das cláusulas da apólice que tem aplicação geral a todos os seguros de determinado ramo ou modalidade de seguro ou coberturas, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

Corretor de Seguro: profissional habilitado pela SUSEP e autorizado a angariar e promover contratos de seguros.

Culpa Grave: Conceito não existente no Código Civil Brasileiro, porém utilizado nos tribunais civis. A culpa grave se aproxima do dolo, sendo motivo para a perda de direito por parte do Segurado. Devido ao seu caráter jurídico especial, a culpa grave somente pode ser estabelecida por sentença judicial.

Dano Corporal: Lesão exclusivamente física causada ao corpo da pessoa. Danos classificáveis como mentais ou psicológicos, não oriundos de danos corporais, não estão abrangidos por esta definição.

Dano Moral: Lesão praticada por outrem ao patrimônio psíquico ou à dignidade da pessoa, ou mais amplamente, aos direitos de personalidade, causando sofrimento psíquico, constrangimento, desconforto, humilhação, independentemente da ocorrência simultânea de danos materiais ou corporais.

Emolumentos: conjunto de despesas adicionais que a Seguradora cobra do Segurado, correspondente às parcelas de impostos e outros encargos a que está sujeito o seguro.

Endosso (ou aditivo): documento através do qual a Seguradora e o Segurado acordam a alteração do contrato de seguro.

Estelionato: Obter para si ou para outrem, vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Especificação da Apólice: documento que faz parte integrante da apólice, no qual estão particularizadas as características do seguro contratado.

Evento: toda e qualquer ocorrência ou acontecimento decorrente de uma mesma causa passível de ser garantido por uma apólice de seguro.

Franquia/Participação do Segurado nos Prejuízos: valor ou percentual definido na apólice referente à responsabilidade do Segurado nos prejuízos indenizáveis decorrentes de sinistros cobertos.

Indenização: valor devido por força de sinistro coberto, não podendo ultrapassar, em hipótese alguma, o Limite Máximo de Indenização da Cobertura contratada e o Limite Máximo de Garantia da apólice.

Inspeção de Riscos (Vistoria): inspeção feita por peritos para verificação das condições do objeto do seguro.

Invalidez Permanente: Perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão dos passageiros do veículo(s) acidentado(s) ou de terceiro envolvido em acidente com o(s) veículo(s) segurado(s).

Liquidação de Sinistro: processo para pagamento de indenizações ao Segurado, com base no Relatório de Regulação de Sinistros.

Limite Máximo de Indenização por Cobertura (LMI): Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora para cada cobertura contratada, não implicando, entretanto em reconhecimento por parte da Seguradora como prévia determinação do valor real dos bens segurados.

Limite Máximo de Garantia por Apólice (LMG): Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora em cada apólice, por evento ou série de eventos.

Objeto do Seguro: designação genérica de qualquer interesse segurado, sejam coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos ou garantias.

Perda Parcial: Qualquer dano sofrido pelo(s) veículo(s) segurado(s) cujo custo para reparação ou reposição não atinge 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor estabelecido na apólice, no ato da contratação.

Prejuízo: qualquer dano ou perda sofrida pelos bens ou interesses segurados.

Prêmio: preço do seguro, ou seja é a importância paga pelo Segurado à Seguradora em decorrência da contratação do seguro.

Prescrição: é o prazo que o segurado tem para acionar na justiça a seguradora e vice versa. Na hipótese de o prejudicado não se manifestar durante o prazo prescricional, ocorre a prescrição.

Proponente: pessoa física ou jurídica que se dispõe a contratar o seguro junto a Seguradora.

Proposta de Seguro: instrumento que formaliza o interesse do Proponente em contratar o seguro.

Regulação de Sinistro: conjunto de procedimentos realizados na ocorrência de um sinistro para apuração de suas causas, circunstâncias e valores envolvidos, com vistas à caracterização do risco ocorrido e seu enquadramento no seguro.

Risco: evento incerto ou de data incerta que independe da vontade das partes contratantes e contra o qual é feito o seguro.

Salvados: bens que se conseguem resgatar de um sinistro e que ainda possuem valor comercial.

Segurado: pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício ou de terceiros.

Seguradora: Sociedade que, mediante recebimento do prêmio, assume os riscos e garante o pagamento da indenização em caso de ocorrência de sinistro coberto.

Seguro: contrato pelo qual uma das partes (a Seguradora) se obriga, mediante recebimento de prêmio, a indenizar outra (o Segurado ou o Beneficiário por este indicado) por eventuais prejuízos consequentes da ocorrência de determinados eventos, desde que amparados pelas condições contratuais.

Sinistro: ocorrência de acontecimento previsto no contrato de seguro e que cause prejuízos ao Segurado.

Sub-rogação: direito que a lei confere ao Segurador, que pagou a indenização ao Beneficiário, de assumir seus direitos contra terceiros, responsáveis pelos prejuízos.

Terceiro: Pessoa culpada ou prejudicada no acidente, exceto o próprio Segurado ou seus ascendentes, descendentes, cônjuge e irmãos, bem como quaisquer pessoas que com ele residam ou que dele dependam economicamente.

Vigência: período de tempo fixado para validade do seguro ou cobertura.

Vistoria Prévia: Inspeção realizada no(s) veículo(s) pela seguradora antes da aceitação do risco para verificação das características e estado de conservação do(s) veículo(s).

Vistoria de Sinistro: inspeção efetuada por peritos, após o sinistro, de modo a verificar e estabelecer os danos ou prejuízos sofridos pelo objeto do seguro.

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO DA APÓLICE

4.1. A cobertura deste seguro, conforme disposto na Apólice, poderá ser contratada nas seguintes formas:

4.1.1. **Valor de Mercado Referenciado (VMR):** É a modalidade que garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com a tabela de referência, previamente fixada na proposta de seguro, conjugada com o fator de ajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de cotação do(s) veículo(s), na data da liquidação do sinistro.

4.1.1.1. Nas apólices celebradas com a modalidade VMR para veículo(s) zero quilômetro, é fixado o prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega ao segurado, durante o qual vigorará a cobertura com base no “valor de novo”.

4.1.1.2. A tabela estabelecida será uma das tabelas divulgadas em jornais de grande circulação ou revistas especializadas.

4.1.1.3. A tabela de referência, a tabela substituta, o veículo de comunicação utilizado para fins de divulgação das tabelas e o fator de ajuste, em percentual, que serão utilizados na data da liquidação do sinistro, constarão expressamente da apólice.

4.1.2. **Valor Determinado:** É a modalidade que garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento da quantia fixa, em moeda corrente nacional, estipulado pelas partes no momento da contratação do Seguro.

4.2. Este seguro está enquadrado na modalidade de Primeiro Risco Absoluto, ou seja, a Seguradora responderá pelo pagamento dos prejuízos materiais até o Limite Máximo de Indenização, sem aplicação de proporcionalidade (rateio). Caso os prejuízos ultrapassem o Limite Máximo de Indenização, o Segurado será responsável pelos prejuízos que ultrapassem este limite.

5. ÂMBITO GEOGRÁFICO

- 5.1. Considera-se como âmbito geográfico deste seguro todo o território nacional.

6. COBERTURA

- 6.1. Nas Condições especiais são apresentadas as disposições das coberturas passíveis de contratação, com a especificação dos riscos cobertos, bem como os riscos não compreendidos no seguro.
- 6.2. As exclusões específicas, se existentes, estarão inseridas após a descrição dos riscos cobertos nas respectivas Condições Especiais.
- 6.3. Este seguro será composto por um Limite Máximo de Indenização para cobertura contratada (LMI) e um Limite Máximo de Garantia do contrato (LMG) por todos os sinistros ocorridos durante a vigência do seguro.
- 6.4. Este seguro possui cobertura básica e adicionais, sendo obrigatória a contratação da cobertura básica.

7. ENCARGOS DE TRADUÇÃO

- 7.1. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da sociedade seguradora.

8. RISCOS EXCLUÍDOS

8.1. Este seguro não garante o interesse do Segurado com relação aos prejuízos resultantes, direta ou indiretamente de:

- a. perdas ou danos decorrentes direta ou indiretamente de: atos de hostilidade, de terrorismo, de guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, nacionalização, destruição ou requisição provenientes de qualquer ato de autoridade de fato ou direito, civil ou militar, e em geral todo e qualquer ato ou consequência dessas ocorrências;
- b. perdas ou danos decorrentes direta ou indiretamente de: tumultos, vandalismo, motins, greves, "lock-out", e quaisquer outras perturbações de ordem pública;
- c. perdas ou danos direta ou indiretamente causados por qualquer convulsão da natureza, salvo as expressamente previstas nas garantias contratadas;
- d. perdas ou danos ocorridos quando em trânsito por trilhas, estradas ou caminhos impedidos, não abertos ao tráfego ou de areias fofas ou movediças;
- e. desgastes, depreciação pelo uso, falhas do material e/ou projeto, defeitos mecânicos ou da instalação elétrica do(s) veículo(s) segurado(s), salvo nos casos expressamente previstos nas garantias contratadas;
- f. qualquer perda, destruição ou dano de quaisquer bens materiais, prejuízo ou despesa emergente, ou qualquer dano consequente, responsabilidade legal de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, resultantes de, ou para os quais tenham contribuído radiações ionizantes ou de contaminação pela radioatividade de qualquer combustível nuclear, resíduos nucleares, ou material de armas nucleares;
- g. perdas ou danos ocorridos durante a participação do(s) veículo(s) segurado(s) em competições, apostas e provas de velocidade e/ou de trilha, legalmente autorizadas ou não;
- h. perdas ou danos sofridos pelo(s) veículo(s) segurado(s) quando estiver sendo rebocado por veículo não apropriado a esse fim;

- i. acidentes diretamente ocasionados pela inobservância a disposições legais, tais como: lotação de passageiros, dimensão, peso e acondicionamento da carga transportada;
- j. danos decorrentes de operações de carga e descarga;
- k. danos ocorridos quando o(s) veículo(s) segurado(s) for(em) posto em movimento ou guiado por pessoas que não tenham a devida carteira de habilitação, considerada para esse fim a habilitação legal para dirigir veículos da categoria do(s) veículo(s) segurado(s), bem como por pessoas com o direito de dirigir suspenso, cassado ou vencido há mais de trinta dias, nos termos da legislação de trânsito nacional;
- l. danos ocorridos ao(s) veículo(s) quando for verificado que o(s) veículo(s) segurado(s) foi conduzido por pessoa embriagada ou drogada(desde que a seguradora comprove que o sinistro ocorreu devido ao estado de embriaguez do condutor);
- m. perdas ou danos decorrentes de apropriação indébita e/ou estelionato;
- n. danos decorrentes de atos ilícitos dolosos, ou mediante culpa grave equiparável ao dolo, praticados pelo Segurado, pelo beneficiário ou pelos seus representantes. No caso de pessoa jurídica, esta exclusão aplica-se também aos sócios controladores, aos seus dirigentes e administradores, aos beneficiários e aos seus representantes;
- o. sinistros que não gerem indenização integral;
- p. danos materiais, corporais e morais causados a terceiros em qualquer situação;
- q. danos materiais e morais causados a passageiros do(s) veículo(s) segurado(s);
- r. sinistro reclamado cuja garantia não foi contratada.

9. CONTRATAÇÃO/ACEITAÇÃO/VIGÊNCIA

- 9.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado, exceto quando a contratação se der por meio de bilhete. A proposta escrita conterá os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco. A sociedade seguradora fornecerá ao proponente, obrigatoriamente, o protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com indicação da data e hora de seu recebimento.
- 9.2. A sociedade seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para manifestar-se sobre a proposta, contados a partir da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco. A ausência de manifestação, por escrito, nos prazos previstos, caracterizará a aceitação tácita da proposta.
- 9.3. Nos casos em que a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração da cobertura de resseguro facultativo, o prazo para manifestação será suspenso, até que o ressegurador se manifeste formalmente. Nesta hipótese, é vedada a cobrança de prêmio total ou parcial, até que seja integralmente concretizada a cobertura de resseguro e confirmada a aceitação da proposta. A sociedade seguradora informará por escrito, ao proponente, seu representante legal ou corretor de seguros, sobre a inexistência de cobertura.
- 9.4. No caso de pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto para aceitação.
- 9.5. No caso de pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto (quinze dias), desde que a sociedade seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos para avaliação da proposta ou taxação do risco.

- 9.6. No caso de solicitação de documentos complementares para análise e aceitação do risco ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.
- 9.7. A sociedade seguradora, obrigatoriamente, procederá a comunicação formal, no caso de não aceitação da proposta, justificando a recusa.
- 9.8. As apólices, os certificados e os endossos terão seu início e término de vigência às 24 hs das datas para tal fim neles indicadas.
- 9.9. O início de vigência da garantia deverá coincidir com a data da aceitação da proposta, ou data distinta, desde que expressamente acordada entre as partes;
- 9.10. Não havendo pagamento de prêmio quando do protocolo da proposta, o início de vigência da cobertura coincidirá com a data da aceitação da proposta ou com data distinta, desde que expressamente acordada entre as partes.
- 9.11. Nos seguros de danos garantidos por apólices coletivas, o início e o término da cobertura dar-se-ão de acordo com as condições específicas de cada modalidade, devendo o risco iniciar-se dentro do prazo de vigência da respectiva apólice.
- 9.12. Os contratos de seguro de veículos zero quilômetro ou de renovação na mesma seguradora, havendo propostas que tenham sido recepcionadas com adiantamento de valor para futuro pagamento parcial ou total do prêmio, estes terão seu início de vigência a partir da data de recepção da proposta pela sociedade seguradora. Para os demais casos em que houver adiantamento de valor para futuro pagamento parcial ou total do prêmio, o início de vigência se dará a partir da realização da vistoria.
- 9.13. Em caso de recusa da proposta dentro dos prazos previstos, a cobertura prevalecerá por mais 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data em que o proponente, seu representante ou o corretor de seguros tiver conhecimento formal da recusa.

9.14. O valor do adiantamento é devido no momento da formalização da recusa, sendo restituído ao proponente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, deduzido da parcela “pro rata temporis” correspondente ao período em que tiver prevalecido a cobertura.

9.15. A emissão da apólice, do certificado ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

10. RENOVAÇÃO

10.1. A Apólice é emitida pelo prazo determinado e poderá ser renovada de forma expressa pelo Segurado, mediante o preenchimento de nova proposta de seguro, salvo se a Seguradora, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, comunicar, por escrito, o desinteresse pela renovação.

10.2. Este seguro é por prazo determinado tendo a Seguradora à faculdade de não renovar a Apólice na data de vencimento, sem devolução dos prêmios pagos nos termos da Apólice.

11. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES

11.1. – Cláusula de Concorrência de Apólices

11.1.1. O segurado que, na vigência do contrato, pretender obter novo seguro sobre os mesmos bens e contra os mesmos riscos deverá comunicar sua intenção, previamente, por escrito, a todas as sociedades seguradoras envolvidas, sob pena de perda de direito.

11.1.2. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

- a) despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;
- b) valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

11.1.3. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

- a) despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;
- b) valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;
- c) danos sofridos pelos bens segurados.

11.1.4. A indenização relativa a qualquer sinistro não poderá exceder, em hipótese alguma, o valor do prejuízo vinculado à cobertura considerada.

11.1.5. Na ocorrência de sinistro contemplado por coberturas concorrentes, ou seja, que garantam os mesmos interesses contra os mesmos riscos, em apólices distintas, a distribuição de responsabilidade entre as sociedades seguradoras envolvidas deverá obedecer às seguintes disposições:

- I. será calculada a indenização individual de cada cobertura como se o respectivo contrato fosse o único vigente, considerando-se, quando for o caso, franquias, participações obrigatórias do segurado, limite máximo de indenização da cobertura e cláusulas de rateio;
- II. será calculada a “indenização individual ajustada” de cada cobertura, na forma abaixo indicada:

a) se, para uma determinada apólice, for verificado que a soma das indenizações correspondentes às diversas coberturas abrangidas pelo sinistro é maior que seu respectivo limite máximo de garantia, a indenização individual de cada cobertura será recalculada, determinando-se, assim, a respectiva indenização individual ajustada. Para efeito deste recálculo, as indenizações individuais ajustadas relativas às coberturas que não apresentem concorrência com outras apólices serão as maiores possíveis, observados os respectivos prejuízos e limites máximos de indenização. O valor restante do limite máximo de garantia da apólice será distribuído entre as coberturas concorrentes, observados os prejuízos e os limites máximos de indenização destas coberturas.

- b) caso contrário, a “indenização individual ajustada” será a indenização individual, calculada de acordo com o subitem 11.1.5. I
- III. será definida a soma das indenizações individuais ajustadas das coberturas concorrentes de diferentes apólices, relativas aos prejuízos comuns, calculadas de acordo com o subitem 11.5.1. II .
 - IV. se a quantia a que se refere o inciso III desta Condição for igual ou inferior ao prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada sociedade seguradora envolvida participará com a respectiva indenização individual ajustada, assumindo o segurado a responsabilidade pela diferença, se houver;
 - V. se a quantia estabelecida no subitem 11.5.1. III for maior que o prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada sociedade seguradora envolvida participará com percentual do prejuízo correspondente à razão entre a respectiva indenização individual ajustada e a quantia estabelecida naquele inciso.
- 11.1.6. A sub-rogação relativa a salvados operar-se-á na mesma proporção da cota de participação de cada sociedade seguradora na indenização paga.
- 11.1.7. Salvo disposição em contrário, a sociedade seguradora que tiver participado com a maior parte da indenização ficará encarregada de negociar os salvados e repassar a quota-parte, relativa ao produto desta negociação, aos demais participantes.
- 11.1.8. Esta cláusula não se aplica às coberturas que garantam morte e/ou invalidez.

12. ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS VALORES CONTRATADOS

- 12.1. Todos os valores constantes dos documentos que integram este seguro serão expressos em moeda corrente nacional, vedada a utilização de unidade monetária de qualquer outra natureza.
- 12.2. As contratações com vigência igual ou inferior a um ano não conterão cláusula de atualização de valores.
- 12.3. O segurado, a qualquer tempo, poderá subscrever nova proposta ou solicitar emissão de endosso, para alteração do limite da garantia contratualmente previsto, ficando a critério da sociedade seguradora sua aceitação e alteração do prêmio, quando couber.

13. PAGAMENTO DE PRÊMIOS

- 13.1. O prêmio poderá ser pago de forma única, mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual, de acordo com o estabelecido na Apólice.
- 13.2. Em caso de parcelamento do prêmio, não será feita a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento. Está garantido ao segurado, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.
- 13.3. Configurada a falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira, o prazo de vigência da cobertura será ajustado em função do prêmio efetivamente pago, tomando-se por base a tabela de curto prazo (não caberá para seguro pago mensalmente). Para percentuais não previstos na tabela deverá ser aplicado o percentual imediatamente superior.

13.3.1. Tabela de curto prazo

Relação (%) entre a Parcela do Prêmio Paga e o Prêmio Total da Apólice	Fração a ser aplicada sobre a vigência original	Relação (%) entre a Parcela do Prêmio Paga e o Prêmio Total da Apólice	Fração a ser aplicada sobre a vigência original
13	15/365	73	195/365
20	30/365	75	210/365
27	45/365	78	225/365
30	60/365	80	240/365
37	75/365	83	255/365
40	90/365	85	270/365
46	105/365	88	285/365
50	120/365	90	300/365
56	135/365	93	315/365
60	150/365	95	330/365
66	165/365	98	345/365
70	180/365	100	365/365

- 13.4. A sociedade seguradora, obrigatoriamente, informará ao segurado ou ao seu representante legal, por meio de comunicação escrita, o novo prazo de vigência ajustado.
- 13.5. Restabelecido o pagamento do prêmio das parcelas ajustadas, acrescidas dos encargos contratualmente previstos, dentro do novo prazo de vigência ajustada, ficará automaticamente restaurado o prazo de vigência original da apólice.
- 13.6. **Não havendo restabelecimento do pagamento do prêmio após o fim do prazo de vigência ajustada, a cobertura será automaticamente suspensa, e somente será reabilitada a partir das 24 (vinte e quatro) horas da data em que o Segurado retomar o pagamento do prêmio. Os sinistros ocorridos no período de cobertura suspensa ficarão sem cobertura, respondendo a Seguradora por todos os sinistros ocorridos exclusivamente a partir da data da reabilitação.**
- 13.6.1. No caso de seguro com cobrança postecipada, a reabilitação se dará com o pagamento dos valores referentes ao período em que houve cobertura.
- 13.6.1.1. Não poderá ser estabelecido prazo superior a 30 (trinta) dias, contado da data de emissão da apólice, endosso, fatura e/ou contas mensais, para o pagamento do prêmio a vista ou da primeira parcela.
- 13.6.2. Não será cobrada qualquer parcela de prêmio referente ao prazo de suspensão em caso de reabilitação da cobertura do seguro.
- 13.6.3. **O prazo de suspensão por inadimplemento poderá ser de até 90 (noventa) dias. Decorrido este prazo, o seguro ficará automaticamente e de pleno direito cancelado, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba restituição de qualquer parcela do prêmio já paga.**

13.6.4. A data de vencimento da última parcela não poderá ultrapassar o término de Vigência do Contrato.

13.6.5. Fica reservado à Seguradora o direito de recalcular o prêmio no fim da vigência deste contrato de seguro, caso venha a ocorrer à necessidade de reenquadramento das taxas. As alterações previstas serão demonstradas por estudos técnicos-atuariais.

13.7. A falta de pagamento da primeira parcela ou do prêmio a vista implicará o cancelamento da apólice.

13.8. É estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de emissão da apólice, endosso, fatura e/ou contas mensais, para o pagamento do prêmio a vista ou da primeira parcela.

13.9. Fica vedado o cancelamento do contrato de seguro cujo prêmio tenha sido pago à vista, mediante financiamento obtido junto a instituições financeiras, nos casos em que o segurado deixar de pagar o financiamento.

13.10. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao segurado ou seu representante ou, ainda, por expressa solicitação de qualquer um destes, ao corretor de seguros, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

13.11. Se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas, sem que tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado. Quando o pagamento da indenização acarretar o cancelamento do contrato de seguro, as parcelas vincendas do prêmio serão deduzidas do valor da indenização, excluído o adicional de fracionamento.

14. ATUALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO

- 14.1. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros moratórios far-se-á independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.
- 14.2. O índice pactuado para a atualização de valores será o IPCA/IBGE, ou na hipótese de extinção do índice pactuado será adotado o Índice Geral de preços ao Consumidor/Fundação Getúlio Vargas (IPC/FGV).
- 14.3. Os valores devidos a título de devolução de prêmios sujeitam-se à atualização monetária pela variação do índice estabelecido acima, a partir da data em que se tornarem exigíveis.
 - 14.3.1. **No caso de cancelamento do contrato:** a partir da data de recebimento da solicitação de cancelamento ou a data do efetivo cancelamento, se o mesmo ocorrer por iniciativa da sociedade seguradora;
 - 14.3.2. **No caso de recebimento indevido de prêmio:** a partir da data de recebimento do prêmio;
 - 14.3.3. **No caso de recusa da proposta:** a partir da data de formalização da recusa, se ultrapassado o prazo de 10 (dez) dias.
- 14.4. **Contratação a Valor Determinado (VD):** Os demais valores (incluindo a INDENIZAÇÃO) das obrigações pecuniárias das sociedades seguradoras sujeitam-se à atualização monetária pela variação positiva do índice estabelecido no plano (item 14.2.), na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, a partir da data de exigibilidade.
- 14.5. A atualização será efetuada com base na variação apurada entre o último índice publicado antes da data de exigibilidade da obrigação pecuniária e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

- 14.6. **Contratação a Valor de Mercado Referenciado (VMR):** O valor da Indenização será apurada com base em tabela referencial, definida no ato da contratação, correspondendo ao valor do bem na data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação de juros moratórios quando o prazo de liquidação superar o fixado no contrato.
- 14.7. Para efeito dos itens anteriores, considera-se a data de ocorrência do evento.
- 14.8. Os valores relativos às obrigações pecuniárias serão acrescidos de juros moratórios, quando o prazo de sua liquidação superar o prazo fixado em contrato para esse fim, respeitada a regulamentação específica, particularmente no que se refere ao limite temporal para a liquidação e a faculdade de suspensão da respectiva contagem. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado em contrato, serão de 1% (um por cento) ao mês.

15. SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO

- 15.1 No caso de substituição do(s) veículo(s) segurado(s), haverá cobrança ou devolução da diferença de prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

16. DA INDENIZAÇÃO

- 16.1. Correrão obrigatoriamente por conta da sociedade seguradora, até o limite máximo da garantia fixado no contrato, às despesas de salvamento comprovadamente efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de um sinistro.
- 16.2. Correrão obrigatoriamente por conta da sociedade seguradora, até o limite máximo da garantia fixado no contrato, os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

- 16.3. O limite máximo da garantia contratada será também utilizado, até a sua totalidade, para cobrir as despesas de salvamento e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 16.4. Ocorrido sinistro que atinja o(s) veículo(s) segurado(s) por esta apólice, o Segurado não poderá fazer abandono dos salvados;
- 16.5. A Seguradora poderá de comum acordo com o Segurado, tomar providências para o melhor aproveitamento dos salvados, ficando, no entanto, entendido e acordado que quaisquer medidas tomadas pela Seguradora não implicarão o reconhecimento da obrigação de indenizar os danos ocorridos.
- 16.6. **Uma vez efetuado o pagamento da indenização integral, os salvados passam ser de inteira responsabilidade da seguradora.**
- 16.7. Em caso de indenização integral, a Seguradora poderá exigir o IPVA quitado relativo aos anos anteriores e, relativamente ao ano que ocorreu o sinistro, porém as exigências com relação a esse imposto acompanharão a legislação do estado onde o(s) veículo(s) está cadastrado.
- 16.8. **Nos casos de cancelamento do contrato de seguro em decorrência de sinistro, a seguradora restituirá o prêmio relativo às demais coberturas contratadas e não utilizadas, pelo prazo a decorrer, até a data em que houver o pagamento da indenização.**

16.9. INDENIZAÇÃO INTEGRAL

16.9.1 Contratação a Valor Determinado (VD): quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor definido na apólice.

16.9.2 Contratação a Valor de Mercado Referenciado (VMR): quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia apurada a partir da aplicação de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor de cotação do(s) veículo(s) segurado(s), de acordo com a tabela de referência contratualmente estabelecida e em vigor na data do aviso do sinistro, multiplicado pelo fator de ajuste.

16.9.3 É vedada a dedução de valores referentes às avarias previamente constatadas nos casos de indenização integral.

17. VISTORIA PRÉVIA

- 17.1. É a inspeção feita por peritos habilitados para avaliar as condições do risco a ser segurado.
- 17.2. Para a contratação, aditamentos ou qualquer outra situação, o Segurado deve apresentar o(s) veículo(s) para vistoria sempre que solicitado pela Seguradora.
- 17.3. Ocorrendo o pagamento em atraso das parcelas subsequentes à primeira, a seguradora poderá solicitar a vistoria do(s) veículo(s) segurado(s), independente do período do atraso.

18. FRANQUIAS E CARÊNCIAS

- 18.1. Não haverá aplicação de franquias ou carências neste seguro.

19. LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

- 19.1. O Segurado comunicará o sinistro à Seguradora, por escrito e imediatamente após sua ocorrência, indicando o sinistro, informando a existência de outros seguros que garantam os mesmos bens e/ou riscos, prestando todas as informações sobre qualquer outro fato relacionado com este seguro, bem como fornecerá todos os documentos solicitados pela Seguradora;
- 19.2. Para o pagamento da Indenização deverão ser apresentados imediatamente após o Aviso de Sinistro, os documentos específicos da cobertura sinistrada além dos documentos básicos abaixo:
- a) Aviso de Sinistro devidamente preenchido, assinado ou o aviso por telefone;
 - b) Cópia do RG e do CPF do Segurado;
 - c) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação do condutor do(s) veículo(s);
 - d) Cópia do comprovante de endereço do segurado;
- 19.3. O prazo para a liquidação dos sinistros é de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos previstos, ressalvado o disposto no próximo item.
- 19.4. No caso de solicitação de documentação e/ou informação complementar, com base em dúvida fundada e justificável, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.
- 19.5. O não pagamento da indenização no prazo previsto nos itens acima implicará na aplicação de juros de mora a partir desta data, sem prejuízo de sua atualização.
- 19.6. O contrato de seguro pode admitir, para fins de indenização, mediante acordo entre as partes, as hipóteses de pagamento em dinheiro ou reposição da coisa. Na impossibilidade de reposição da coisa à época da liquidação, a indenização devida será paga em dinheiro.
- 19.6.1. Para recuperação dos veículos sinistrados, é garantida ao segurado a livre escolha de oficinas.

19.7. A sociedade seguradora pode exigir atestados ou certidões de autoridades competentes, bem como o resultado de inquéritos ou processos instaurados em virtude do fato que produziu o sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido. Alternativamente, poderá solicitar cópia da certidão de abertura do inquérito que porventura tiver sido instaurado.

20. REINTEGRAÇÃO

20.1. Não haverá reintegração para a cobertura deste seguro.

21. PERDA DE DIREITOS

21.1. **O segurado perderá o direito à indenização, se agravar intencionalmente o risco ou não cumprir com as obrigações definidas no item 22.**

21.2. **Se o segurado, seu representante ou seu corretor de seguros fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, ficará prejudicado o direito à indenização, além de estar o segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido.**

21.2.1 Se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má fé do segurado, a sociedade seguradora poderá, na hipótese de não ocorrência do sinistro:

- a) Cancelar o seguro, retendo do prêmio originalmente pactuado a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou
- b) Permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível.

21.2.2 Se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má fé do segurado, a sociedade seguradora poderá, na hipótese de ocorrência de sinistro com indenização integral, cancelar o seguro após o pagamento da indenização, deduzindo, do valor a ser indenizado, a diferença de prêmio cabível.

- 21.3. O segurado está obrigado a comunicar à sociedade seguradora, logo que saiba, qualquer fato suscetível de agravar o risco coberto, sob pena de perder o direito à indenização, se ficar comprovado que silenciou de má fé.
- 21.4. A sociedade seguradora, desde que o faça nos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento do aviso de agravação do risco, poderá dar-lhe ciência, por escrito, de sua decisão de cancelar o contrato ou, mediante acordo entre as partes, restringir a cobertura contratada.
- 21.5. O cancelamento do contrato só será eficaz 30 (trinta) dias após a notificação, devendo ser restituída a diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- 21.6. Na hipótese de continuidade do contrato, a sociedade seguradora poderá cobrar a diferença de prêmio cabível.
- 21.7. Sob pena de perder o direito à indenização, o segurado avisará o sinistro à sociedade seguradora, tão logo tome conhecimento, e adotará as providências imediatas para minorar suas consequências.
- 21.8. Além dos casos previstos em lei e nas demais cláusulas destas condições gerais, o Segurado perderá o direito a qualquer indenização, bem como terá o seguro cancelado, sem direito a restituição do prêmio já pago, nos seguintes casos:
- a) Declaração indevida da existência do dispositivo antifurto/anti-roubo do tipo rastreador e/ou bloqueador para os casos de ocorrência de sinistro e possível pagamento de indenização integral por Roubo e/ou Furto, nos casos em que a instalação desse tipo de equipamento tiver sido exigida para a aceitação do seguro; e
 - b) durante o prazo de suspensão pela não-instalação do dispositivo de rastreamento/localização oferecido em regime de comodato pela Seguradora na cobertura de roubo e/ou furto do(s) veículo(s) segurado(s).

21.9. Se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas parcelas, sem que tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado. Quando o pagamento da indenização acarretar o cancelamento do contrato de seguro, as parcelas vincendas do prêmio deverão ser deduzidas do valor da indenização, excluído o adicional de fracionamento.

22. OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

22.1. O Segurado, independente de outras estipulações deste seguro, obriga-se a:

- a) manter o(s) veículo(s) segurado(s) em bom estado de conservação e segurança;
- b) comunicar imediatamente a Seguradora a transferência do(s) veículo(s) de sua posse ou propriedade;
- c) apresentar o(s) veículo(s) para vistoria quando a Seguradora julgar necessário;
- d) no que couber a sua responsabilidade, manter em perfeito funcionamento o sistema de monitoramento instalado no(s) veículo(s);
- e) cumprir com as obrigações que por ventura tiver junto ao prestador de serviço do sistema de monitoramento do(s) veículo(s), tais como pagamento de eventuais mensalidades e realização de testes de funcionamento no sistema de monitoramento, conforme previsto na Apólice;
- f) comunicar o fato imediatamente a Central de Relacionamento da empresa de monitoramento, ou seguir o procedimento específico da mesma para que se inicie o processo de recuperação do(s) veículo(s);
- g) a qualquer momento, informar à Seguradora se o sistema de monitoramento instalado no(s) veículo(s) for desligado, desativado, retirado e/ou substituído por outro modelo, por quaisquer motivos, sob pena de perda de direito a indenização. A partir desta comunicação, a seguradora realizará nova análise do risco e, caso haja aceitação, providenciará os ajustes necessários no seguro;
- h) fornecer à Seguradora, no momento da contratação do seguro, seus dados completos de forma a possibilitar seu perfeito cadastro, inclusive para fins de cobrança e cobertura do seguro contratado;

- i) comunicar imediatamente à Seguradora, pela via mais rápida possível a ocorrência de qualquer fato ou circunstância que possa afetar ou alterar o risco, bem como qualquer evento que possa vir a se caracterizar como um sinistro, indenizável ou não, nos termos deste contrato, encaminhando posteriormente documento por via formal e escrita;
- j) devolver o aparelho de monitoramento quando houver o cancelamento ou término de vigência do seguro ou em caso de transferência do(s) veículo(s) segurado(s);
- k) avisar a Seguradora sobre a localização do(s) veículo(s) roubado(s) ou furtado(s) mesmo após o pagamento da indenização;
- l) agir com boa-fé, prestando declarações claras e precisas;
- m) comunicar a seguradora qualquer alteração nas características do(s) veículo(s), inclusive quanto à sua categoria, ou relativas ao seu uso ou à região de sua circulação habitual;
- n) cumprir as disposições estabelecidas nas Condições Gerais e Especiais.

23.FORO

- 23.1. As questões judiciais entre o segurado e a sociedade seguradora serão processadas no foro do domicílio do segurado. Na hipótese de inexistência de relação de hipossuficiência entre as partes, será válida a eleição de foro diferente do domicílio do segurado.

24.INFORMAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DO RISCO

- 24.1. O valor do prêmio é determinado na data da contratação do seguro, considerando as seguintes informações prestadas pelo Segurado na proposta de seguro:
- a. Modelo do(s) veículo(s);
 - b. Ano de Fabricação e Ano Modelo do(s) veículo(s);
 - c. Região de Circulação do(s) Veículo(s);
 - d. Valor do(s) veículo(s) conforme tabela referenciada de mercado ou Valor fixo, dependendo do plano escolhido.
- 24.2. No caso de alteração nas informações declaradas na proposta no decorrer da vigência do seguro, os eventuais sinistros passíveis de pagamento de indenização integral não serão negados, porém a indenização será reduzida na mesma proporção existente entre o prêmio total cobrado na apólice e o prêmio total devido, se a Seguradora tivesse conhecimento da verdadeira característica do risco.

24.3. No caso de omissão ou declarações inverídicas na proposta de seguro, que serviram para determinação do prêmio, desde que sem intenção ou má-fé do Segurado, a indenização será reduzida na mesma proporção existente entre o prêmio total cobrado na apólice e o prêmio total devido, se a Seguradora tivesse conhecimento da verdadeira característica do risco, quando for constatado:

a) que o modelo do(s) veículo(s) é diferente do constante na proposta;

b) que a região de uso habitual do(s) veículo(s) for(em) diferente da mencionada na proposta de seguro.

25. CLÁUSULA DE ARBITRAGEM

25.1. A Cláusula Compromissória de Arbitragem, quando inserida no contrato de seguro, obedecerá às seguintes disposições:

➤ **Estará redigida em negrito e informará que é facultativamente aderida pelo segurado.**

➤ **Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.**

Esta Cláusula é regida pela Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

26. CANCELAMENTO/RESCISÃO CONTRATUAL

- 26.1. A apólice estará cancelada quando houver o pagamento da Indenização do(s) Veículo(s) segurado(s) ou quando pela soma das indenizações for atingido ou ultrapassado o limite da mesma.**
- 26.2. A rescisão total ou parcial do contrato poderá ser realizada a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer das partes contratantes, mas sempre com a concordância recíproca.**
- 26.3. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido.**
- 26.4. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora pode reter, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a tabela de prazo curto do item 13.3.1.**
- 26.5. Para prazos não previstos na tabela do item 13.3.1. será utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.**

27. BENEFICIÁRIO

O beneficiário deste seguro é o próprio Segurado.

28. SUB-ROGAÇÃO

- 28.1. Paga a indenização, o segurador sub-roga-se, nos limites do valor respectivo, nos direitos e ações que competirem ao segurado contra o autor do dano.
- 28.2. Salvo dolo, a sub-rogação não tem lugar se o dano foi causado pelo cônjuge do segurado, seus descendentes ou ascendentes, consanguíneos ou afins.
- 28.3. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

29. PRAZOS PRESCRICIONAIS

29.1. Os prazos prescricionais são aqueles determinados em lei.

30. ESTIPULANTE

Para os seguros coletivos serão adotadas as seguintes cláusulas:

30.1. O início e término da cobertura dar-se-ão de acordo com as condições específicas de cada modalidade, devendo o risco iniciar-se dentro do prazo de vigência da respectiva apólice.

30.2. As taxas puras para este plano de seguro serão revistas, a cada 3 (três) anos, quando a sinistralidade comercial por competência (Sc) ultrapassar a 40% (quarenta por cento). Antes da aplicação das novas taxas, **o estudo será encaminhado à SUSEP para análise e arquivamento. As novas taxas serão aplicadas somente aos novos seguros.**

30.3. Obrigações do estipulante:

- I. Fornecer à sociedade seguradora todas as informações necessárias para a análise e aceitação do risco, previamente estabelecidas por aquela, incluindo dados cadastrais;
- II. Manter a sociedade seguradora informada a respeito dos dados cadastrais dos segurados, alterações na natureza do risco coberto, bem como quaisquer eventos que possam, no futuro, resultar em sinistro, de acordo com o definido contratualmente;
- III. Fornecer ao segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro;
- IV. Discriminar o valor do prêmio do seguro no instrumento de cobrança, na forma estabelecida pelo art. 7º da Resolução CNSP nº 107/2004, quando este for de sua responsabilidade;

- V. Repassar os prêmios à sociedade seguradora, nos prazos estabelecidos contratualmente;
- VI. Repassar aos segurados todas as comunicações ou avisos inerentes à apólice, quando for diretamente responsável pela sua administração;
- VII. Discriminar a razão social e, se for o caso, o nome fantasia da sociedade seguradora responsável pelo risco, nos documentos e comunicações referentes ao seguro, emitidos para o segurado;
- VIII. Comunicar, de imediato, à sociedade seguradora, a ocorrência de qualquer sinistro, ou expectativa de sinistro, referente ao grupo que representa, assim que deles tiver conhecimento, quando esta comunicação estiver sob sua responsabilidade;
- IX. Dar ciências aos segurados dos procedimentos e prazos estipulados para a liquidação do sinistro;
- X. Comunicar, de imediato, à **SUSEP**, quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto ao seguro contratado;
- XI. Fornecer à **SUSEP** quaisquer informações solicitadas, dentro do prazo por ela estabelecido; e
- XII. Informar a razão social e, se for o caso, o nome fantasia da sociedade seguradora, bem como o percentual de participação no risco, no caso de co-seguro, em qualquer material de promoção ou propaganda do seguro, em caractere tipográfico maior ou igual ao do estipulante.

30.4. SEGUROS CONTRIBUTÁRIOS

Nos seguros contributários, o não repasse dos prêmios pelo estipulante, acarretará no cancelamento da cobertura.

30.5. VEDAÇÕES AO ESTIPULANTE

É expressamente vedado ao estipulante e ao subestipulante, nos seguros contributários:

- I. Cobrar dos segurados quaisquer valores relativos ao seguro, além dos especificados pela sociedade seguradora;
- II. Rescindir o contrato sem anuência prévia e expressa de um número de segurados que represente, no mínimo, três quartos do grupo segurado;
- III. Efetuar propaganda e promoção do seguro sem prévia anuência da sociedade seguradora, e sem respeitar a fidedignidade das informações quanto ao seguro que será contratado; e
- IV. Vincular a contratação de seguros a qualquer de seus produtos, ressalvada a hipótese em que tal contratação sirva de garantia direta a estes produtos;

30.6. REMUNERAÇÃO DO ESTIPULANTE:

Constará, obrigatoriamente, do certificado individual e da proposta de adesão o seu percentual e valor, devendo o segurado ser também informado sobre os valores monetários deste pagamento sempre que nele houver qualquer alteração.

30.7. OBRIGAÇÃO DA SEGURADORA

A sociedade seguradora, obrigatoriamente, informará ao segurado a situação de adimplência do estipulante ou subestipulante, sempre que solicitado.

30.8. MODIFICAÇÃO NA APÓLICE

Qualquer modificação ocorrida na apólice vigente que implicar em ônus ou dever para os segurados dependerá da anuência prévia e expressa de segurados que representem, no mínimo, três quartos do grupo segurado.

31. CLÁUSULA DE FROTA

- 31.1. Somente será considerada “Frota” o conjunto de 2 (dois) ou mais veículos de propriedade da mesma pessoa (física ou jurídica).
- 31.2. Além dos veículos de propriedade da própria empresa segurada, poderão ser incluídos no seguro frota **(desde que expressamente descrito na apólice)**:
 - a) Veículos de diretores, de empregados e de firmas comprovadamente subsidiárias a serviço do segurado;
 - b) Veículos adquiridos, alugados e/ou arrendados pelo Segurado, durante a vigência do seguro.
- 31.3. A inclusão de novos veículos poderá ser feita de forma automática ou facultativa, conforme descrito na apólice.

CONDIÇÃO ESPECIAL DA COBERTURA BÁSICA ROUBO OU FURTO TOTAL

1. OBJETIVO

1.1. Esta Condição Especial integra o **Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A** podendo ser comercializado somente como cobertura deste.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Além das definições da **CLAUSULA 3ª - DEFINIÇÕES** das Condições Gerais do **Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A** para esta cobertura serão adotadas as seguintes definições:

Roubo: Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência (Art.157 do Código Penal Brasileiro).

Furto: Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel (Art.155 do Código Penal Brasileiro).

3. GARANTIA

3.1. A presente Condição Especial, desde que contratada e pago o prêmio, tem por objetivo garantir ao segurado o pagamento de indenização por **Roubo ou Furto Total** do(s) veículo(s) segurado(s) **não localizado até a data de pagamento do sinistro**, exceto se decorrentes de riscos excluídos e observados os demais itens desta Condição Especial e das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel.

3.2. Estão abrangidos também os prejuízos resultantes de um mesmo sinistro de Roubo e/ou Furto de um veículo segurado localizado cujos prejuízos somados sejam iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do veículo conforme modalidade contratada.

4. RISCOS EXCLUÍDOS

4.1. Riscos não cobertos por esta garantia, além das exclusões constantes na cláusula 8. RISCOS EXCLUÍDOS das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A:

- a) Sinistros não decorrentes de Roubo ou Furto Total do(s) veículo(s) segurado(s);
- b) Lucros cessantes ou quaisquer prejuízos financeiros pela paralisação do(s) veículo(s), mesmo quando causados por risco coberto;
- c) Perdas parciais, ou seja, quaisquer danos causados ao(s) veículo(s) roubado(s) ou furtado(s) quando o montante dos prejuízos não sejam iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do(s) veículo(s), conforme modalidade contratada;
- d) quaisquer bens ou acessórios no interior ou instalados no(s) veículo(s), mesmo que em decorrência de sinistro coberto;
- e) custos relativos à blindagem do(s) veículo(s) segurado(s);
- f) Danos causados a terceiros;
- g) Desvalorização do(s) veículo(s) segurado(s), em virtude da remarcação do chassi, bem como qualquer outra forma de depreciação que o mesmo venha a sofrer, inclusive àquela decorrente do sinistro, uso do bem ou ainda decorrente de anotação no documento do(s) veículo(s) segurado(s).

5. DOCUMENTAÇÃO EM CASO DE SINISTRO

5.1. Além dos documentos mencionados no item 19.2. das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A, o Segurado deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:

- a) Boletim de Ocorrência Policial original ou cópia autenticada, no qual devem ser especificados detalhadamente, o local do sinistro, bem como sua respectiva descrição, data e hora;
- b) Cópia do CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo;
- c) IPVA – Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, exercício atual e anteriores (no mínimo os 02 últimos anos), as exigências com relação a esse imposto deverão acompanhar a legislação do estado onde o(s) veículo(s) está(m) cadastrado;
- d) Chaves do(s) veículo(s) (se possível);
- e) Manual do Proprietário (se possível);
- f) Nota Fiscal de Saída com destaque do ICMS (para pessoa jurídica) ou Carta de Isenção com firma reconhecida;

- g) Liberação alfandegária definitiva e 4ª via da Declaração de Importação (quando se tratar de veículo(s) importado(s));
- h) Cópia autenticada do Contrato Social e todas as alterações com seus respectivos registros na Junta Comercial (para pessoa jurídica);
- i) Termo de Quitação e Responsabilidade por Multas;
- j) Comprovante de instalação, no(s) veículo(s) segurado(s), do equipamento de segurança, bem como cópia do pagamento da mensalidade, em dia;
- k) Veículos alienados: instrumento de liberação de alienação, com firma reconhecida e/ou baixa do gravame;
- l) Certidão negativa de débito para veículos em nome de pessoa jurídica;
- m) Certidão de não localização do(s) veículo(s) emitido por órgão policial;
- n) Certificado de Propriedade do(s) Veículo(s) DUT (Documento Único de Transferência) com firma reconhecida (original) e devidamente preenchido com os dados de seu proprietário e da seguradora;

6. RECUPERAÇÃO DO VEÍCULO ANTES DA INDENIZAÇÃO

- 6.1. Se o(s) veículo(s) for recuperado antes do pagamento da indenização e os prejuízos causados ao(s) veículo(s) segurado(s) sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor de mercado conforme modalidade contratada, o mesmo será devolvido ao seu proprietário em qualquer estado de conservação em que for localizado, não estando a seguradora responsável por qualquer dano causado.
- 6.1.1. Se o DUT já estiver preenchido, a seguradora reembolsará os custos de emissão de segunda via.
- 6.2. A qualquer momento, se o Segurado obtiver informações sobre a localização do(s) veículo(s), deverá informar imediatamente à empresa de monitoramento e localização de veículo ou à Seguradora, mesmo que o(s) veículo(s) já tenha sido indenizado.

7. BENEFICIÁRIO DO SEGURO

- 7.1. A indenização deste seguro será feita diretamente ao Segurado, exceto no caso de veículos alienados fiduciariamente.
- 7.2. A indenização integral de veículos alienados fiduciariamente será paga integralmente ao Segurado somente nos casos em que se proceda à comprovação da quitação da dívida junto ao agente financeiro.
- 7.2.1. O pagamento poderá ser feito parcialmente ao agente financeiro mediante autorização do Segurado e desde que o valor de sua dívida não ultrapasse o valor da indenização. A diferença entre o valor da indenização e o valor da dívida será paga ao Segurado.
- 7.2.2. Em caso de Leasing o pagamento da indenização será efetuado integralmente a empresa de Leasing. O Segurado obriga-se a pagar as parcelas pendentes do seguro caso existam.
- 7.2.3. Caso existam parcelas pendentes do seguro, as mesmas serão descontadas da indenização.
- 7.3. O Segurado somente terá direito à indenização caso o sistema de monitoramento esteja devidamente instalado e ativo durante o período de vigência da Apólice.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. Ratificam-se as demais Condições Gerais do **Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A** que não foram revogadas por esta Condição Especial.

<p style="text-align: center;">CONDIÇÃO ESPECIAL DA COBERTURA ADICIONAL INDENIZAÇÃO INTEGRAL POR COLISÃO</p>

1. OBJETIVO

1.1. Esta Condição Especial integra o **Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A** podendo ser comercializado somente como cobertura deste.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Além das definições da **CLAUSULA 3ª - DEFINIÇÕES** das Condições Gerais do **Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A** para esta cobertura será adotada a seguinte definição:

Colisão: Choque entre dois ou mais veículos ou com objeto fixo. (Denatran);

Indenização Integral:

VD – quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia apurada a partir de determinado percentual (máximo de 75%) sobre o valor definido na apólice.

VMR – quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia apurada a partir da aplicação de determinado percentual (máximo de 75%) sobre o valor de cotação do(s) veículo(s) segurado(s), de acordo com a tabela de referência contratualmente estabelecida e em vigor na data do aviso do sinistro, multiplicado pelo fator de ajuste.

3. GARANTIA

3.1. A presente Condição Especial, desde que contratada e pago o prêmio, tem por objetivo garantir ao segurado o pagamento de indenização Integral, por colisão, do(s) veículo(s) segurado(s), exceto se decorrentes de riscos excluídos e observados os demais itens desta Condição Especial e das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel.

4. RISCOS EXCLUÍDOS

4.1. Riscos não cobertos por esta garantia, além das exclusões constantes na cláusula 8. RISCOS EXCLUÍDOS das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A:

- a) quaisquer danos causados ao(s) veículo(s) quando não decorrente de Colisão, conforme definição do item 2.1;
- b) quaisquer danos causados ao(s) veículo(s) quando o montante dos prejuízos não sejam iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor de mercado referenciado;
- c) quaisquer bens ou acessórios no interior ou instalados no(s) veículo(s), mesmo que em decorrência de sinistro coberto;
- d) custos relativos à blindagem do(s) veículo(s) segurado(s);
- e) não comunicar imediatamente a Seguradora, para análise de aceitação, alterações na categoria de aluguel para particular e de particular para aluguel no decorrer da vigência da apólice;
- f) estiver com suas características originais alteradas como: tuning (transformação ou otimização das características do carro, utilizada como estética), rebaixado, turbinado etc e não homologado por órgão responsável.

5. DOCUMENTAÇÃO EM CASO DE SINISTRO

5.1. Além dos documentos mencionados no item 19.2. das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A, o Segurado deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:

- a) Boletim de Ocorrência Policial original ou cópia autenticada, no qual devem ser especificados detalhadamente, o local do sinistro, bem como sua respectiva descrição, data e hora;
- b) Cópia do CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo;
- c) IPVA – Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, exercício atual e anteriores (no mínimo os 02 últimos anos), as exigências com relação a esse imposto deverão acompanhar a legislação do estado onde o(s) veículo(s) está cadastrado;
- d) Chaves do(s) veículo(s) (se possível);
- e) Manual do Proprietário (se possível);
- f) Nota Fiscal de Saída com destaque do ICMS (para pessoa jurídica) ou Carta de Isenção com firma reconhecida;

- g) Liberação alfandegária definitiva e 4ª via da Declaração de Importação (quando se tratar de veículo(s) importado(s));
- h) Cópia autenticada do Contrato Social e todas as alterações com seus respectivos registros na Junta Comercial (para pessoa jurídica);
- i) Termo de Quitação e Responsabilidade por Multas;
- j) Comprovante de instalação, no(s) veículo(s) segurado(s), do equipamento de segurança, bem como cópia do pagamento da mensalidade, em dia;
- k) Veículos alienados: instrumento de liberação de alienação, com firma reconhecida e/ou baixa do gravame;
- l) Certidão negativa de débito para veículos em nome de pessoa jurídica;
- m) Certificado de Propriedade do(s) Veículo(s) DUT (Documento Único de Transferência) com firma reconhecida (original) e devidamente preenchido com os dados de seu proprietário e da seguradora;

6. BENEFICIÁRIO DO SEGURO

- 6.1. A indenização deste seguro será feita diretamente ao Segurado, exceto no caso de veículos alienados fiduciariamente.
- 6.2. A indenização integral de veículos alienados fiduciariamente será paga integralmente ao Segurado somente nos casos em que se proceda à comprovação da quitação da dívida junto ao agente financeiro.
 - 6.2.1. O pagamento poderá ser feito parcialmente ao agente financeiro mediante autorização do Segurado e desde que o valor de sua dívida não ultrapasse o valor da indenização. A diferença entre o valor da indenização e o valor da dívida será paga ao Segurado.
 - 6.2.2. Em caso de Leasing o pagamento da indenização será efetuado integralmente a empresa de Leasing. O Segurado obriga-se a pagar as parcelas pendentes do seguro caso existam.
 - 6.2.3. Caso existam parcelas pendentes do seguro, as mesmas serão descontadas da indenização.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. Ratificam-se as demais Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A que não foram revogadas por esta Condição Especial.

**CONDIÇÃO ESPECIAL DA COBERTURA ADICIONAL
ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS - APP**

1. OBJETIVO

- 1.1. Esta Condição Especial integra o **Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A** podendo ser comercializado somente como cobertura deste.

2. DEFINIÇÕES

- 2.1. Além das definições da **CLAUSULA 3ª - DEFINIÇÕES** das Condições Gerais do **Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A** para esta cobertura será adotada a seguinte definição:

Passageiros: Consideram-se passageiros todas as pessoas que estiverem sendo transportadas dentro do(s) veículo(s), discriminado(s) na especificação da apólice do respectivo Estipulante e devidamente licenciados para o transporte de pessoas, inclusive o motorista, limitado ao número da lotação oficial sentados e em pé (em caso de transporte urbano ou interurbano), desde que respeitando a capacidade oficial do órgão regulamentador.

3. GARANTIA

- 3.1. A presente Condição Especial, desde que contratada e pago o prêmio, tem por objetivo garantir o pagamento de uma Indenização ao(s) passageiro(s) do(s) veículo(s) discriminado(s) na apólice no caso **Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas**, e garantir o pagamento de uma Indenização ao(s) beneficiário(s) do(s) passageiro(s) do(s) veículo(s) discriminados na apólice no caso de Morte Acidental, causados em razão de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado, exceto se decorrentes de riscos excluídos e observados os demais itens desta Condição Especial do Plano de Seguro de Automóvel.
- 3.2. A cobertura do seguro começa no momento da entrada do passageiro no veículo, terminando no momento de sua saída, e estende-se ao condutor do veículo.

4. RISCOS EXCLUÍDOS

4.1. Riscos não cobertos por esta garantia, além das exclusões constantes na cláusula 8. RISCOS EXCLUÍDOS das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A:

- a) Multas e fianças impostas ao Segurado e despesas de qualquer natureza relativas a ações e processos criminais;**
- b) Despesas com aquisição de terrenos, jazigos ou carneiros (urnas tumulares);**
- c) Indenizações superiores às apuradas nas formas previstas, ficando o Segurado e o condutor do veículo como os únicos responsáveis pelas diferenças que venham a pagar aos passageiros acidentados ou seu(s) beneficiário(s), seja amigavelmente ou cumprindo sentença judicial;**
- d) Danos sofridos por pessoas transportadas em locais não especificamente destinados e apropriados a tal fim;**
- e) Danos estéticos, perda de dentes, qualquer tipo de doença e lesões físicas preexistentes;**
- f) Quaisquer acidentes que ocorrerem aos passageiros dos veículos se estes estiverem com lotação excedente da autorizada por regulamentos e atos baixados pelas autoridades competentes, e/ou forem postos em movimento ou guiados por motoristas que não tenham a devida carteira de habilitação;**
- g) Estados de convalescença (após alta médica) e as despesas de acompanhantes;**
- h) Aparelhos que se referem a órteses de qualquer natureza e as próteses de caráter permanente, salvo as próteses pela perda de dentes naturais;**
- i) Procedimentos não previstos no Código Brasileiro de Ética Médica e não reconhecidos pelo serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia.**

5. LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO

5.1. As indenizações por morte e invalidez permanente, decorrentes de um mesmo evento, não se acumulam.

Morte: o Limite Máximo de Indenização é estabelecido para cada passageiro, até a lotação oficial do veículo e será pago ao(s) beneficiário(s) do seguro. No caso de menores de 14 (quatorze) anos, a garantia de morte destina-se ao reembolso das despesas com funeral, inclusive traslado de corpo. As despesas devem ser comprovadas mediante apresentação de contas originais especificadas, podendo ser substituídas, a critério da Seguradora, por outros comprovantes satisfatórios.

Invalidez Permanente Total ou Parcial: a invalidez permanente deve ser comprovada por meio de declaração médica, e por perícia médica quando solicitada pela Seguradora. A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente.

O valor da indenização é estabelecido em função do grau de invalidez, determinado pela “Tabela de Cálculo de Indenização em Caso de Invalidez Total ou Parcial” constante no Anexo I e o pagamento será efetuado diretamente ao passageiro.

5.1.1. Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista na tabela para a sua perda total, do grau de redução funcional apresentado. Na falta de indicação da percentagem de redução e, sendo informado apenas o grau dessa redução (máximo, médio ou mínimo), a indenização será calculada, respectivamente, na base das percentagens de 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento). Os casos não especificados na tabela terão a indenização estabelecida tomando-se por base a diminuição permanente da capacidade física dos passageiros, independentemente de sua profissão.

5.1.2. Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de 1 (um) membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento). Da mesma forma, havendo duas ou mais lesões em um membro ou órgão, a soma das percentagens correspondentes não pode exceder à de indenização prevista para a sua perda total. Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.

5.1.3. Divergências sobre a causa, natureza de extensão das lesões, bem como a avaliação da incapacidade, devem ser submetidas a uma junta médica constituída por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados. Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado, as do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo Segurado e pela Seguradora.

5.2. No caso de Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas:

5.2.1. O tratamento médico deverá obrigatoriamente ser iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados a partir da data do Acidente Pessoal.

5.2.2. Cabe ao Segurado a livre escolha dos prestadores de serviços médico-hospitalares, desde que legalmente habilitados.

5.2.3. Desde que preservada a livre escolha, pode a Seguradora estabelecer acordos ou convênios com prestadores de serviço médico-hospitalares para facilitar a prestação de assistência ao Segurado.

5.2.4. A comprovação das despesas médico-hospitalares deverá ser feita mediante a apresentação dos comprovantes originais das despesas e dos relatórios do médico assistente, podendo ser aceitos pela Seguradora outros documentos a seu critério.

6. DOCUMENTAÇÃO EM CASO DE SINISTRO

6.1. O Segurado deverá apresentar os documentos mencionados no item 19.2. das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A.

7. BENEFICIÁRIO DO SEGURO

7.1. A indenização deste seguro será feita diretamente ao Segurado.

7.2. Em caso de morte do segurado, será observada a legislação definida conforme Artigos 791,792 e 793 do Código Civil e Art. 226 da Constituição Federal.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Ratificam-se as demais Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A que não foram revogadas por esta Condição Especial.

ANEXO I. TABELA DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO EM CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL (EM %)

INVALIDEZ PERMANENTE	DESCRIÇÃO	% SOBRE A IMPORTÂNCIA SEGURADA
TOTAL	Perda Total da Visão de Ambos os Olhos	100
	Perda Total do Uso de Ambos os Membros Superiores	100
	Perda Total do Uso de Ambos os Membros Inferiores	100
	Perda Total do Uso de Ambas as Mãos	100
	Perda Total do Uso de Um Membro Superior e Um Membro Inferior	100
	Perda Total do Uso de Uma das Mãos e Um dos Pés	100
	Perda Total do Uso de Ambos os Pés	100
	Alienação Mental Total Incurável	100

Parcial versas	Di-	Perda Total da Visão de Um Olho	30
		Perda Total da Visão de Um Olho, Quando o Segurado Já Não Tiver a Outra vista	70
		Surdez Total Incurável de Ambos os Ouvidos	40
		Surdez Total Incurável de Um dos Ouvidos	20
		Mudez Incurável	50
		Fratura Não Consolidada do Maxilar Inferior	20
		Imobilidade do Segmento Cervical da Coluna Vertebral	20
		Imobilidade do Segmento Tóraco-Lombo-Sacro da Coluna Vertebral	25

Membros Superiores	Perda Total do Uso de Um dos Membros Superiores	70
	Perda Total do Uso de Uma das Mãos	60
	Fratura Não Consolidada de Um dos Úmeros	50
	Fratura Não Consolidada de Um dos Segmentos Rádio-Ulnares	30
	Anquilose Total de Um dos Ombros	25
	Anquilose Total de Um dos Cotovelos	25
	Anquilose Total de Um dos Punhos	20
	Perda Total do Uso de Um dos Polegares, Inclusive o Metacarpiano	25
	Perda Total do Uso de Um dos Polegares, Exclusive o Metacarpiano	18
	Perda Total do Uso de Falange Distal do Polegar	09
	Perda Total do Uso de Um dos Dedos Indicadores	15
	Perda Total do Uso de Um dos Dedos Mínimos ou Um dos Dedos Médios	12
	Perda Total do Uso de Um dos Dedos Anulares	09
	Perda Total do Uso de Qualquer Falange, Excluídas as do Polegar: Indenização equivalente a 1/3 do Valor do Dedo Respectivo	

Membros inferiores	Perda Total do Uso de Um dos Membros Inferiores	70
	Perda Total do Uso de Um dos Pés	50
	Fratura Não Consolidada de Um Fêmur	50
	Fratura Não Consolidada de Um dos Segmentos Tibio-Peroneiros	25
	Fratura Não Consolidada da Rótula	20
	Fratura Não Consolidada de Um Pé	20
	Anquilose Total de Um dos Joelhos	20
	Anquilose Total de Um dos Tornozelos	20
	Anquilose Total de Um Quadril	20
	Perda Parcial de Um dos Pés, isto é, Perda de Todos os Dedos e de Uma Parte do mesmo pé	25
	Amputação do 1º (Primeiro) Dedo	10
	Amputação de Qualquer Outro Dedo	03
	Perda Total do Uso de Uma Falange do 1º (Primeiro) Dedo, Indeni-zação Equivalente a 1/2, e dos Demais Dedos, Equivalente a 1/3 do Respectivo Dedo.	
	Encurtamento de Um dos Membros Inferiores:	
	De 5 (Cinco) Centímetros	15
	De 4 (Quatro) Centímetros	10
	De 3 (Três) Centímetros	06
Menos de 3 (Três) Centímetros	Sem Indeni-zação	

CONDIÇÃO ESPECIAL DA COBERTURA ADICIONAL INCÊNDIO

1. OBJETIVO

- 1.1. Esta Condição Especial integra o **Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A** podendo ser comercializado somente como cobertura deste.

2. DEFINIÇÕES

- 2.1. Além das definições da **CLAUSULA 3ª - DEFINIÇÕES** das Condições Gerais do **Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A** para esta cobertura será adotada a seguinte definição:

Incêndio: combustão com chamas não desejada e não controlada, capaz de propagar-se a objetos vizinhos, ocorrida em local não desejado.

3. GARANTIA

- 3.1. A presente Condição Especial, desde que contratada e pago o prêmio, tem por objetivo garantir o pagamento de uma Indenização ao beneficiário, até o valor máximo estabelecido na Apólice, pelos prejuízos materiais causados ao veículo segurado decorrentes de Incêndio, definido para fins desta garantia, como a combustão súbita, descontrolada e violenta, acompanhada de chamas e desprendimento de calor, de qualquer natureza, exceto se decorrentes de riscos excluídos e observados os demais itens desta Condição Especial do Plano de Seguro de Automóvel.

4. RISCOS EXCLUÍDOS

4.1. Riscos não cobertos por esta garantia, além das exclusões constantes na cláusula 8. RISCOS EXCLUÍDOS das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A:

- a) A simples queima de objetos (sem chamas), por não caracterizar a ocorrência de incêndio;**
- b) Dano elétrico isolado, ou seja, não decorrente de incêndio;**
- c) Perdas ou danos causados a fios, chaves, circuitos e aparelhos elétricos, pelo calor gerado acidentalmente por eletricidade;**
- d) Danos ocasionados pelo uso de kit Gás, que estejam fora da validade ou não sejam regulamentados.**

5. DOCUMENTAÇÃO EM CASO DE SINISTRO

5.1. Além dos documentos mencionados no item 19.2. das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A, o Segurado deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:

- a) Certidão, Laudo ou Relatório do Corpo de Bombeiros referente à ocorrência;**
- b) Laudo do Instituto de Criminalística.**

6. BENEFICIÁRIO DO SEGURO

6.1. A indenização deste seguro será feita diretamente ao Segurado, exceto no caso de veículos alienados fiduciariamente.

6.2. A indenização integral de veículos alienados fiduciariamente será paga integralmente ao Segurado somente nos casos em que se proceda à comprovação da quitação da dívida junto ao agente financeiro.

6.2.1. O pagamento poderá ser feito parcialmente ao agente financeiro mediante autorização do Segurado e desde que o valor de sua dívida não ultrapasse o valor da indenização. A diferença entre o valor da indenização e o valor da dívida será paga ao Segurado.

6.2.2. Em caso de Leasing o pagamento da indenização será efetuado integralmente a empresa de Leasing. O Segurado obriga-se a pagar as parcelas pendentes do seguro caso existam.

6.3. Caso existam parcelas pendentes do seguro, as mesmas serão descontadas da indenização.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Ratificam-se as demais Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A que não foram revogadas por esta Condição Especial.

<p style="text-align: center;">CONDIÇÃO ESPECIAL DA COBERTURA ADICIONAL DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA</p>

1. OBJETIVO

- 1.1. Esta Condição Especial integra o **Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A** podendo ser comercializado somente como cobertura deste.

2. DEFINIÇÕES

- 2.1. Além das definições da **CLAUSULA 3ª - DEFINIÇÕES** das Condições Gerais do **Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A** para esta cobertura será adotada a seguinte definição:

Terremoto: Movimento súbito de vibrações na terra causado por uma liberação abrupta de energia.

Os eventos naturais que acompanham um terremoto podem ser movimentos e falhas do solo, destruição superficial, deformação tectônica e inundação, os quais, podem causar danos e perdas durante um período específico de exposição.

Para a caracterização do evento considerar-se-á, em caso de dúvida, o parecer de um Instituto Astronômico e Geofísico oficial próximo ao local.

Vendaval: Vento de velocidade igual ou superior a 54 (cinquenta e quatro) e até 102 (cento e dois) quilômetros por hora;

Ciclone: Grande massa de ar com circulação fechada em que os ventos sopram para dentro, ao redor deste centro, também conhecido por ciclone extratropical com ventos de velocidade acima de 102 (cento e dois) e até 119 (cento e dezenove) quilômetros por hora;

Furacão: Nome dado a um ciclone tropical com ventos contínuos acima de 119 (cento e dezenove) quilômetros por horas, sendo também conhecido como tufão;

Tornado: É uma coluna giratória e violenta de ar;

Granizo: Precipitação atmosférica que se origina de nuvens caindo sob forma de pedras de gelo.

3. GARANTIA

- 3.1.** A presente Condição Especial, desde que contratada e pago o prêmio, tem por objetivo garantir o pagamento de uma Indenização ao beneficiário, até o valor máximo estabelecido na Apólice, pelos prejuízos materiais causados ao veículo segurado decorrentes de Queda de Raio, terremoto ou tremor de terra, maremoto, ressaca, vendaval, furação, ciclone, tornado e granizo, exceto se decorrentes de riscos excluídos e observados os demais itens desta Condição Especial do Plano de Seguro de Automóvel.
- 3.2.** Está ainda coberto o alagamento ou entrada de água no veículo segurado, proveniente de aguaceiro, tromba d'água ou chuva, seja ou não conseqüente da obstrução ou insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares e inundação resultante do aumento do volume de água de rios e canais alimentados por esses rios.
- 3.3.** Para fins desta cobertura, compreende-se como um mesmo evento, a manifestação dos fenômenos cobertos, ainda que de forma não contínua, durante um período de 72 (setenta e duas) horas.

4. RISCOS EXCLUÍDOS

- 4.1. Riscos não cobertos por esta garantia, além das exclusões constantes na cláusula 8. RISCOS EXCLUÍDOS das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A:**
- a) Água ou outra substância líquida qualquer, proveniente de chuveiros automáticos (Sprinklers) ou outros encanamentos, salvo se em consequência dos riscos cobertos;**
 - b) Danos causados pelo segurado e seus passageiros;**
 - c) Umidade e maresia;**
 - d) Incêndio e explosão;**
 - e) Danos ocasionados pela queda de postes (concreto, aço ou qualquer material) ou árvores, decorrentes ou não dos fenômenos naturais cobertos.**

5. DOCUMENTAÇÃO EM CASO DE SINISTRO

5.1. Além dos documentos mencionados no item 19.2. das Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóveis da QBE BRASIL SEGUROS S/A, o Segurado deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:

- a) Certidão, Laudo ou Relatório do Corpo de Bombeiros referente à ocorrência;**
- b) Boletim Meteorológico da região em que o veículo se localiza;**
- c) Notas Fiscais dos gastos efetuados.**

6. BENEFICIÁRIO DO SEGURO

6.1. A indenização deste seguro será feita diretamente ao Segurado, exceto no caso de veículos alienados fiduciariamente.

6.2. A indenização integral de veículos alienados fiduciariamente será paga integralmente ao Segurado somente nos casos em que se proceda à comprovação da quitação da dívida junto ao agente financeiro.

6.2.1. O pagamento poderá ser feito parcialmente ao agente financeiro mediante autorização do Segurado e desde que o valor de sua dívida não ultrapasse o valor da indenização. A diferença entre o valor da indenização e o valor da dívida será paga ao Segurado.

6.2.2. Em caso de Leasing o pagamento da indenização será efetuado integralmente a empresa de Leasing. O Segurado obriga-se a pagar as parcelas pendentes do seguro caso existam.

6.3. Caso existam parcelas pendentes do seguro, as mesmas serão descontadas da indenização.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Ratificam-se as demais Condições Gerais do Plano de Seguro de Automóvel da QBE BRASIL SEGUROS S/A que não foram revogadas por esta Condição Especial.